

Apresentação

Chegamos ao segundo número de GeoTextos, ampliando os esforços para sua consolidação e inserção nacional e perseguindo nosso objetivo de divulgar pesquisas e reflexões geográficas no Brasil e no exterior. Comemoramos com esse segundo número a ampliação do nosso conselho editorial, que passa a contar com as importantes contribuições de Francisco Mendonça e Sylvio Fausto Gil, da Universidade Federal do Paraná, de Ana Fani Alessandri Carlos, da Universidade de São Paulo e de Francine Deloisy-Barthe, da Universidade Jules-Verne-Picardie. Com a renovação do Colegiado do Mestrado em Geografia da UFBA, agregam-se também à comissão editorial da revista, os professores Antônio Puentes Torres, Catherine Prost e Neyde Maria Santos Gonçalves, todos docentes permanentes do MGEO-UFBA.



Conceito carregado de conteúdos e significados, o “território” serve de ponto de partida para a reflexão de Maria Ângela Faggin Pereira Leite, intitulada “Uso do Território e Investimento Público”, que abre a seção de artigos do número dois de GeoTextos. A autora reconhece que “o uso de um território envolve, além do aparelhamento técnico-científico-informacional, a garantia da fruição e da capacidade de ação solidária de seus atores”, partindo então para a análise do território como recurso, como empreendimento e como processo. No artigo seguinte, Jussara Rêgo busca compreender os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização sofridos pelos terreiros de candomblé em Salvador ao longo da sua existência, notadamente com relação à sua espacialização na cidade, explicitando uma visível transformação do modelo de terreiro originalmente implantado na capital baiana e demonstrando como as relações econômicas e sociais vão influenciar decisivamente no surgimento de novas territorialidades para esses templos religiosos. No artigo de

Patrícia Chame Dias, a discussão gira em torno das implicações do “morar na periferia”, analisando as condições de moradia em Itinga, bairro periférico de Lauro de Freitas, na Região Metropolitana de Salvador, ao longo de seu processo de urbanização, comparando-as com as existentes em outros bairros do município.

Em seu artigo, Guiomar Germani traça a trajetória histórica e social que forjou as bases para o estabelecimento da estrutura e organização do espaço rural no território brasileiro, destacando as condições históricas e sociais que regularam e regulam o acesso a terra e como estas orientaram, ao longo da história do país, “o processo de apropriação privada das terras livres em muito poucas mãos”. A autora reflete também sobre a importância dos trabalhadores rurais sem terra como força de resistência ao processo de concentração de terras, ressaltando a forma organizada como agem em todo o território nacional, buscando “escrever uma história em novas bases e com novas regras para o acesso a terra”. Dando continuidade à reflexão de Germani, Flávio Assiz dos Santos quer demonstrar, no artigo de sua autoria, que “cada assentamento se constitui numa unidade territorial de reforma agrária”, constituindo-se num resultado da intervenção estatal no tocante à modificação do uso e da propriedade da terra no Brasil, partindo da análise de um estudo de caso, o Projeto de Assentamento Almas, localizado no município de Itaguaçu da Bahia/ BA.

Na seção Memória, o número dois de GeoTextos traz a contribuição da professora Maria Adélia Aparecida de Souza, republicando o artigo “A Geografia da Solidariedade”, que subsidiou sua participação no I Encontro Internacional de Geografia da Bahia, realizado em Salvador no ano de 1997. No artigo, Maria Adélia Souza lança as bases de uma epistemologia original para a Geografia, partindo do pressuposto de que a presença e a coexistência são os fundamentos do acontecer solidário e da constituição dos lugares. Suas reflexões são ainda pertinentes, mesmo passados dez anos desde a formulação de suas idéias: “Nossa inquietação é revelada pelas dificuldades para compreender esse mundo novo, de uma aparente dessacralização, pois de uma incompreensível refuncionalização. Uma nova racionalidade dirige os lugares”.

Se debruçar sobre essa nova racionalidade dos lugares e revelar as formas de resistência a essa incompreensível refuncionalização, eis uma



tarefa incontornável para a produção contemporânea do conhecimento geográfico.

Boa leitura!

Salvador, dezembro de 2006

Angelo Serpa
Editor Responsável